

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009-2026 – CML/PMC
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2026 – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

O **MUNICÍPIO DE CAREIRO**, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **CONCORRÊNCIA**, NA FORMA ELETRÔNICA, **EXCLUSIVAMENTE PARA EMPRESAS CADASTRADAS NO CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES MUNICIPAIS**, NOS TERMOS DA **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DA LEI Nº 11.488/2007 E LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO GLOBAL
OBJETO:	Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia para Construção de Creche de Educação Infantil – Creche Tipo 2 FNDE, no Distrito do Purupuru, Município de Careiro/AM, conforme Termo de Compromisso nº 979362/2025/FNDE/CAIXA.
PROCESSO ADM:	039/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR:	Prefeitura Municipal de Careiro – PMC
ÓRGÃO PARTICIPANTE:	Secretaria Municipal de Educação – SEMED
LOCAL:	Portal Licitanet – www.licitanet.com.br
DATA E HORÁRIO:	Conforme Publicação Data/Hora no PNCP
MODO DE DISPUTA:	Modo de Disputa Aberto/Fechado, Conforme a Lei Nº 14.133/2021
IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:	Conforme Portal Licitanet – www.licitanet.com.br
OBTENÇÃO DO EDITAL:	O edital, em meio digital, encontra-se à disposição dos interessados na Comissão Municipal de Licitação, no horário das 08h às 14h (horário local – Careiro/AM), na sede da Comissão de Licitação, situada na Avenida Mário Jorge Guedes, nº 391, Centro, Careiro/AM, ou mediante solicitação pelo e-mail: cmlprefcareiro@gmail.com . O edital também está disponível na íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na Plataforma Licitanet (www.licitanet.com.br).
Aviso de Licitação Publicado em:	<ul style="list-style-type: none">• Diário Oficial dos Municípios SIGPub - Sistema Gerenciador de Publicações Legais;• Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP;• diario.imprensaoficial.am.gov.br/• Diário Oficial da União - Imprensa Nacional• Diário do Amazonas - D24AM

Observação: O presente Edital foi previamente analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, encontrando-se em conformidade com os princípios da legalidade, publicidade, transparência e competitividade, bem como com o disposto no art. 54 da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à espécie.

EDITAL DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 009-2026 – CML/PMC
[LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#)

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE CAREIRO/AM**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 04.332.995/0001-49, com sede administrativa na Avenida Mário Jorge Guedes da Silva, nº 391, Centro, Careiro/AM, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o regime de execução indireta, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, visando à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O procedimento licitatório será regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, da Lei nº 11.488/2007, da Lei Complementar nº 147/2014, bem como pelas demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A sessão pública será realizada por meio do sistema eletrônico da plataforma Licitanet, disponível no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, em data e horário a serem divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), onde os interessados deverão realizar prévio credenciamento para participação no certame.

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis para consulta e obtenção na íntegra por meio da plataforma eletrônica, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como junto à Comissão Municipal de Licitação, durante o horário de expediente administrativo, ou mediante solicitação por meio eletrônico.

VISTORIA: A realização de vistoria técnica ao local de execução das obras e serviços será facultativa às licitantes interessadas, não constituindo requisito obrigatório para participação, habilitação ou classificação no presente certame, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

As empresas que desejarem realizar a vistoria deverão solicitar previamente o agendamento junto à Gerência de Engenharia e Assessoria Técnica da Prefeitura Municipal de Careiro, por meio do endereço eletrônico engenharia.careiro@outlook.com, observando prazo razoável anterior à data de abertura da sessão pública.

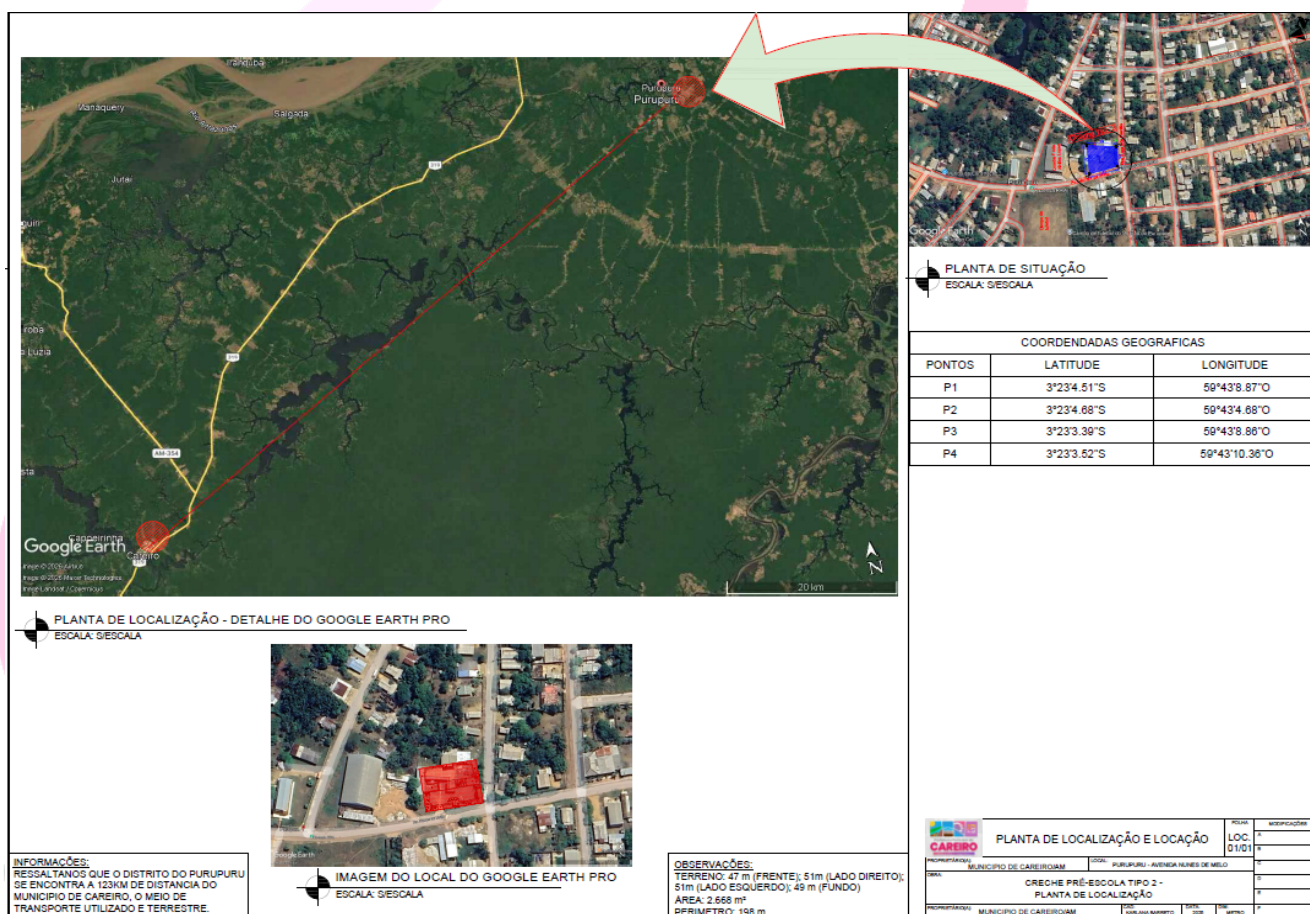
A vistoria será acompanhada por servidor ou profissional legalmente habilitado e formalmente designado pela Administração Municipal, sendo emitido, ao final, o competente Atestado de Vistoria Técnica ou Declaração de Comparecimento, exclusivamente para fins de controle administrativo.

DISPOSIÇÕES GERAIS DA VISTORIA:

- a) A ausência de realização da vistoria técnica não implicará inabilitação, desclassificação ou qualquer restrição à participação da licitante no certame;
- b) A licitante que optar por não realizar a vistoria declara, para todos os fins, possuir pleno conhecimento das condições locais, acessos, peculiaridades do terreno, infraestrutura existente, aspectos logísticos, ambientais, operacionais e demais elementos necessários à adequada formulação da proposta e execução do objeto;
- c) A apresentação da proposta comercial implicará automática e integral aceitação das condições de execução contratual, presumindo-se que a licitante avaliou corretamente os quantitativos, custos, encargos, dificuldades executivas e demais circunstâncias que possam influenciar direta ou indiretamente na execução da obra;

- d) A realização ou não da vistoria técnica não poderá ser invocada futuramente como justificativa para:
- solicitação de aditivos decorrentes de erro de avaliação técnica;
 - reequilíbrio econômico-financeiro motivado por condições previsíveis do local;
 - alteração de preços ofertados;
 - prorrogação injustificada de prazos contratuais;
 - descumprimento de obrigações assumidas no contrato;
- e) Eventuais dificuldades relativas às condições do terreno, acesso, transporte de materiais, mobilização de equipamentos, condições climáticas, infraestrutura local ou quaisquer intercorrências ordinárias inerentes à execução do objeto serão consideradas riscos normais da contratação, competindo exclusivamente à futura contratada adotar as providências necessárias à perfeita execução dos serviços;
- f) A Administração Municipal não reconhecerá alegações posteriores de desconhecimento das condições locais como fundamento para exoneração de responsabilidades contratuais ou revisão das condições pactuadas.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO E LOGÍSTICA



O empreendimento objeto da presente licitação será executado no Distrito do Purupuru, Município de Careiro/AM, localizado na Avenida Nunes de Melo, em área destinada à implantação da Creche Pré-Escola Tipo 2 FNDE, conforme Planta de Localização e Locação constante do projeto técnico.

O Distrito do Purupuru encontra-se a aproximadamente 123 km de distância da sede do Município de Careiro, sendo o acesso realizado predominantemente por via terrestre, conforme levantamento técnico e informações constantes do projeto de implantação.

A futura contratada deverá considerar, para fins de formulação de sua proposta, todas as condições logísticas e operacionais necessárias à perfeita execução da obra, incluindo transporte de materiais, equipamentos, insumos, mão de obra, mobilização de canteiro, abastecimento, armazenamento e demais custos diretos e indiretos inerentes ao empreendimento.

As licitantes deverão observar as condições de trafegabilidade, tempo de deslocamento, sazonalidade climática, infraestrutura local e demais fatores que possam impactar a execução contratual, os quais serão considerados integralmente incluídos nos preços ofertados.

Conforme planta de localização e situação do empreendimento, o terreno possui área aproximada de 2.668 m² e perímetro de 198 m, estando delimitado pelas coordenadas geográficas constantes do projeto técnico.

A apresentação da proposta implicará plena ciência e aceitação das condições locais, estruturais e logísticas do empreendimento, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento do local da obra para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, alteração contratual ou prorrogação de prazo decorrente de situações ordinárias e previsíveis.

1. DO OBJETO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E VALOR MÁXIMO:

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia para construção de Creche de Educação Infantil – Creche Tipo 2 FNDE, no Distrito do Purupuru, Município de Careiro/AM, conforme o Termo de Compromisso nº 979362/2025/FNDE/CAIXA, observadas as condições, especificações técnicas, projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais elementos constantes deste Edital e de seus Anexos.

1.2. O objeto compreende a execução de todas as etapas necessárias à implantação da unidade educacional, incluindo, entre outros, serviços preliminares, mobilização, terraplenagem, fundações, estrutura, alvenaria, cobertura, instalações elétricas e hidrossanitárias, acabamentos, urbanização, acessibilidade, paisagismo, equipamentos complementares, infraestrutura básica e demais atividades indispensáveis ao pleno funcionamento, segurança, acessibilidade, durabilidade e operacionalidade da Creche Tipo 2 FNDE, em estrita conformidade com os projetos executivos e documentos técnicos integrantes deste Edital.

1.3. A execução do objeto deverá observar rigorosamente as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a legislação municipal, estadual e federal aplicável, as normas de acessibilidade, segurança do trabalho e proteção ambiental, bem como as diretrizes técnicas, padrões construtivos e exigências operacionais estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e pela Caixa Econômica Federal, no âmbito do Termo de Compromisso nº 979362/2025/FNDE/CAIXA.

1.4. O regime de execução será o de empreitada por preço global, nos termos do art. 46, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, compreendendo a execução integral, completa e acabada do objeto, cabendo à contratada a responsabilidade pela entrega final da obra em perfeitas condições de funcionamento e uso, observando todas as exigências técnicas, operacionais, ambientais, legais e de segurança aplicáveis.

1.5. O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando-se o valor total ofertado para execução

integral do objeto, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

- **Parágrafo único.** O julgamento das propostas será realizado de forma objetiva e vinculada ao instrumento convocatório, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis, simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os valores praticados no mercado, nos termos da legislação vigente.

1.6. O valor máximo aceitável para a presente contratação é de R\$ 3.698.964,65 (três milhões, seiscentos e noventa e oito mil, novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), conforme planilha orçamentária detalhada constante na Plataforma Licitanet e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

- **Parágrafo único.** O valor estimado foi apurado com base nos custos referenciais oficiais do SINAPI/CAIXA, vigentes na data-base do orçamento, constituindo o limite máximo de despesa admitido pela Administração para execução integral do objeto licitado.

ITEM	DESCRIÇÃO	ENDEREÇO	UNID.	QUANT.	V. TOTAL
01	Construção de Creche de Educação Infantil – Creche Tipo 2 FNDE, no Distrito do Purupuru, Município de Careiro/AM, conforme Termo de Compromisso nº 979362/2025/FNDE/CAIXA	Comunidade do Purupuru, zona rural do Município de Careiro/AM	Serv.	01	R\$ 3.698.964,65

1.7. Serão automaticamente desclassificadas as propostas que excederem o valor máximo estimado para a contratação, bem como aquelas que apresentarem preços inexequíveis, incompatíveis com os referenciais oficiais de mercado ou inconsistentes com as condições técnicas, logísticas e operacionais necessárias à execução da obra da Creche de Educação Infantil – Creche Tipo 2 FNDE, no Distrito do Purupuru, Município de Careiro/AM, nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021, facultada à Administração a realização de diligências para esclarecimentos, quando cabível.

- **Parágrafo único.** As licitantes deverão considerar, obrigatoriamente, na composição de seus preços, todas as condições de localização, acesso e logística do empreendimento, situado no Distrito do Purupuru, distante aproximadamente 123 km da sede do Município de Careiro, cujo acesso ocorre predominantemente por via terrestre, incluindo despesas com mobilização, transporte de pessoal, equipamentos, materiais, abastecimento, manutenção, armazenamento, deslocamentos e demais custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto.

1.8. A licitante vencedora obriga-se a executar integralmente o objeto em estrita conformidade com os projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos integrantes deste Edital, observando rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, as condições locais de execução, as normas de segurança do trabalho, a legislação ambiental vigente e os padrões de qualidade exigidos pelo FNDE e pela Caixa Econômica Federal, bem como os prazos estabelecidos, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais penalidades legais e contratuais cabíveis.

- **Parágrafo único.** A apresentação da proposta implicará plena ciência e aceitação das condições geográficas, estruturais, operacionais e logísticas do local da obra, presumindo-se

que a licitante realizou avaliação suficiente das peculiaridades do empreendimento, não sendo admitidas alegações futuras de desconhecimento para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, revisão contratual, aditivos ou prorrogação de prazos decorrentes de situações ordinárias e previsíveis.

1.9. Todos os documentos técnicos, projetos, memoriais descritivos, especificações, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, mapas de localização e demais elementos necessários à formulação das propostas encontram-se disponíveis para consulta pública na Plataforma Licitanet e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, assegurando transparência, publicidade, isonomia e amplo acesso às informações indispensáveis à adequada elaboração das propostas, em observância aos princípios da legalidade, publicidade, eficiência, competitividade e vinculação ao instrumento convocatório.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos do Termo de Compromisso nº 979362/2025/FNDE/CAIXA, celebrado entre o Município de Careiro/AM e o Governo Federal, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com interveniência da Caixa Econômica Federal, destinados à construção da Creche de Educação Infantil – Creche Tipo 2 FNDE, no Distrito do Purupuru, Município de Careiro/AM.

2.2. O valor global estimado para a execução do objeto é de R\$ 3.698.964,65 (três milhões, seiscentos e noventa e oito mil, novecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), sendo integralmente custeado com recursos provenientes da União, não havendo contrapartida financeira por parte do Município de Careiro/AM.

2.3. Para fins de registro contábil, execução orçamentária e financeira, as despesas decorrentes da presente contratação observarão as dotações próprias consignadas no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Careiro/AM, conforme classificação orçamentária abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: 03.000 – Fundos Municipais;

Unidade: 03.004 – Fundo Municipal de Educação;

Proj./Ativ.: 1.021. Construção, Reforma e/ou Ampliação de Unidades de Educação Infantil;

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações;

Fonte: 1500.

Fonte: 1700.

2.3. A classificação orçamentária, com a indicação da dotação específica, fonte de recursos, elemento de despesa e funcional programática, será devidamente consignada no momento da formalização do contrato, em conformidade com o orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Careiro/AM e com as disposições legais aplicáveis à execução orçamentária e financeira da Administração Pública.

2.4. A execução contratual ficará condicionada à efetiva disponibilidade orçamentária e financeira, observadas as normas de execução orçamentária, financeira e fiscal da Administração Pública, bem como as diretrizes, procedimentos operacionais e liberações financeiras estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e pela Caixa Econômica Federal, no âmbito do Termo de Compromisso nº 979362/2025/FNDE/CAIXA.

2.5. Os pagamentos serão realizados conforme o cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração Municipal e pelo agente financeiro, condicionados à medição dos serviços efetivamente executados, à apresentação da documentação exigida para liquidação da despesa, ao cumprimento regular das obrigações contratuais e à liberação dos recursos financeiros pelo FNDE/CAIXA, observadas as etapas de execução do objeto e as disposições constantes neste Edital e seus Anexos.

3. DO CREDENCIAMENTO:

3.1. O credenciamento constitui etapa prévia e obrigatória para a participação dos interessados no presente certame, devendo ser realizado por meio do sistema eletrônico **LICITANET** (www.licitanet.com.br), plataforma digital responsável por toda a tramitação da Concorrência Eletrônica. Este procedimento confere legitimidade ao licitante, permitindo acesso às funcionalidades do sistema, como a submissão de propostas, envio de documentos, formulação de lances e prática de demais atos inerentes à licitação. Trata-se de mecanismo essencial para assegurar a segurança jurídica, a transparência e a rastreabilidade de todas as ações realizadas no ambiente digital.

3.2. O credenciamento deverá ser efetuado diretamente no portal eletrônico www.licitanet.com.br, seguindo as instruções operacionais para cadastramento de pessoas jurídicas, incluindo a apresentação completa dos dados cadastrais, informações do representante legal, documentação exigida e demais condições de acesso ao sistema. O correto e completo preenchimento das informações, bem como a veracidade dos documentos apresentados, é de responsabilidade exclusiva do licitante.

3.3. Ao se credenciar na plataforma **LICITANET**, o licitante declara estar ciente e de acordo com as regras do presente Edital e da legislação aplicável, assumindo integral responsabilidade por todos os atos praticados em seu nome no sistema eletrônico, inclusive por meio de representantes legais ou procuradores. O uso do login e senha cadastrados no sistema equivale, para todos os efeitos legais, à assinatura eletrônica, conferindo validade jurídica plena às ações e manifestações realizadas durante o certame.

3.4. Toda proposta, lance, informação ou documento inserido no sistema será considerado manifestação oficial do licitante, presumida autêntica e válida. O uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros, será de responsabilidade exclusiva do titular da conta, não cabendo ao provedor do sistema ou à Administração Pública qualquer responsabilidade por prejuízos decorrentes de falhas de segurança, perda de sigilo ou má utilização.

3.5. O licitante deverá manter seus dados cadastrais atualizados durante todo o processo licitatório, comunicando imediatamente quaisquer alterações que possam impactar sua qualificação jurídica, técnica ou fiscal. A omissão ou desatualização das informações poderá comprometer a habilitação, o julgamento da proposta ou ensejar desclassificação, nos termos da legislação aplicável.

3.5.1. A Administração verificará a veracidade, consistência e atualização das informações fornecidas no cadastro durante a fase de habilitação. A constatação de informações falsas, inconsistências relevantes ou omissões poderá resultar na desclassificação imediata do licitante, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA:

Em conformidade com o Decreto Municipal nº 005, de 12 de abril de 2019, e demais normas aplicáveis:

4.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estejam com credenciamento regular na plataforma Licitanet, atendendo às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.2. O registro cadastral perante a Administração Municipal poderá ser realizado anteriormente à abertura do certame, sendo aceita, para fins de comprovação de regularidade cadastral, a apresentação de Certificado de Registro Cadastral, cadastro municipal ativo ou outro documento equivalente emitido pela Comissão de Licitação ou órgão competente da Prefeitura Municipal de Careiro, observada sua validade e compatibilidade com a natureza do objeto licitado.

4.2.1. Aplicam-se, quando cabíveis, as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, não havendo restrição à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas ou microempreendedores individuais, desde que atendidas as exigências estabelecidas neste Edital.

4.3. Fica vedada a participação neste certame dos seguintes interessados:

- a) Aqueles impedidos de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação vigente;
- b) Aqueles que não atendam às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;
- c) Empresas estrangeiras que não possuam representação legal no Brasil com poderes para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Empresas que se encontrem em processo de falência, recuperação judicial, insolvência civil, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- e) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, quando atuando nessa condição, conforme entendimento firmado no Acórdão nº 746/2014 TCU/Plenário;
- f) Empresas que se apresentem sob a forma de consórcios, bem como grupos ou associações de pessoas jurídicas ou físicas e jurídicas.

4.3.1. A vedação prevista na alínea f decorre da natureza do objeto licitado, que corresponde a obra ou serviço comum de engenharia, plenamente exequível por empresas individualmente estabelecidas no mercado, inclusive de pequeno ou médio porte. A experiência administrativa demonstra que tais empresas, em regra, já possuem a qualificação técnica e a capacidade econômico-financeira mínimas exigidas, de modo que a formação de consórcios não se revela necessária e tampouco ampliaria a competitividade do certame. A constituição de consórcios, usualmente admitida apenas em contratações de grande vulto ou elevada complexidade técnica, não se justifica no presente caso.

4.3.2. A vedação a consórcios, prevista no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, consiste em faculdade da Administração. Considerando que o objeto pode ser plenamente executado por qualquer empresa que atue no ramo e atenda às exigências editalícias, não há prejuízo à ampla competitividade do certame. Somente seria restritiva tal vedação se o objeto apresentasse características incomuns de complexidade técnica, econômica ou operacional, o que não se verifica nesta contratação.

4.3.3. Também não poderão participar da presente licitação os interessados que se enquadrem nas vedações previstas nos arts. 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente:

- a) O autor, pessoa física ou jurídica, do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo;

- b) A empresa responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, bem como aquela na qual o autor do projeto atue como dirigente, gerente, controlador, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital votante, responsável técnico ou subcontratado;
- c) Pessoas físicas ou jurídicas que estejam, à época da licitação, impedidas de participar de certames públicos em razão de sanção aplicada pela Administração;
- d) Aquele que mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue na licitação, fiscalização ou gestão contratual, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas entre si, nos termos da Lei nº 6.404/1976, quando concorrerem simultaneamente;
- f) Pessoa jurídica condenada, com trânsito em julgado, nos últimos 5 (cinco) anos, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo, ou contratação de adolescentes em desacordo com a legislação trabalhista.

4.3.4. Para fins do disposto na alínea “d” do item 4.3.3, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, conforme dispõe a Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, o art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813/2013, e o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203/2010.

4.3.5. É igualmente proibida a participação de empresa que esteja contratada pelo Município para serviços de assistência, fiscalização ou gerenciamento de obras, quando o objeto da presente licitação estiver incluído entre aqueles sob sua fiscalização ou gerenciamento, evitando-se conflito de interesses e assegurando a segregação de funções, nos termos da legislação vigente.

4.3.6. A participação na presente licitação implica a aceitação plena, irretratável e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, bem como a observância integral dos preceitos legais e regulamentares aplicáveis. A licitante assume, ainda, a responsabilidade pela fidelidade, veracidade e legitimidade de todas as informações e documentos apresentados em qualquer fase do certame.

4.3.7. Como condição para participação na Concorrência, a licitante deverá assinalar “sim” ou “não” nos campos próprios do sistema eletrônico, relativamente às seguintes declarações obrigatórias:

- a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, encontrando-se apta a usufruir do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 do referido diploma legal, e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolem a receita bruta máxima permitida para enquadramento como epp;
 - a.1) Nos itens exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento da licitante no certame;
 - a.2) Nos itens não exclusivos, a assinalação do campo “não” apenas acarretará a perda do direito ao tratamento favorecido previsto na LC nº 123/2006, ainda que a licitante seja ME ou EPP.
- b) Que está ciente e concorda integralmente com todas as condições previstas no Edital e em seus Anexos;
- c) Que cumpre todos os requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital e que a proposta apresentada encontra-se em plena conformidade com as exigências editalícias;

- d) Que inexistem fatos impeditivos à sua habilitação, declarando estar ciente da obrigatoriedade de comunicar imediatamente quaisquer ocorrências supervenientes;
- e) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- f) Que a proposta foi elaborada de forma independente, sem prática de atos que caracterizem fraude, conluio ou quaisquer outras condutas anticoncorrenciais;
- g) Que não possui, em sua cadeia produtiva, trabalhadores submetidos a condições degradantes ou análogas às de escravo, nos termos dos incisos III e IV do art. 1º e do inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- h) Que cumpre a reserva legal de cargos destinada a pessoas com deficiência ou reabilitadas pela Previdência Social, bem como as normas de acessibilidade previstas na legislação, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.3.8. A apresentação de declaração falsa, omissão relevante ou informação inverídica sujeitará a licitante às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, na forma da legislação vigente e deste Edital, sem prejuízo de sua imediata exclusão do certame.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1. Na presente licitação será adotada a sistemática de **INVERSÃO DE FASES**, nos termos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, realizando-se inicialmente a análise dos documentos de habilitação e, posteriormente, a abertura das propostas comerciais e da fase competitiva de lances, com o objetivo de assegurar que somente participem da disputa empresas que comprovem capacidade jurídica, técnica, operacional, fiscal, trabalhista e econômico-financeira compatível com a execução do objeto.

5.2.A adoção da habilitação prévia justifica-se em razão da natureza, complexidade e relevância técnica do objeto licitado, consistente na construção da Creche de Educação Infantil – Creche Tipo 2 FNDE, no Distrito do Purupuru, Município de Careiro/AM, empreendimento que demanda elevado grau de responsabilidade técnica, planejamento executivo, capacidade operacional e adequada estrutura empresarial para sua perfeita execução.

- a) A verificação antecipada da habilitação permitirá à Administração aferir previamente a qualificação técnica, operacional, jurídica, fiscal e econômico-financeira das licitantes, garantindo que apenas empresas efetivamente aptas participem da etapa competitiva;
- b) A medida visa mitigar riscos de contratação, evitando a participação de empresas sem capacidade técnica compatível, sem estrutura operacional adequada ou sem condições efetivas de execução da obra, circunstâncias que poderiam comprometer a qualidade dos serviços, a segurança da execução, o cumprimento do cronograma físico-financeiro e a regular aplicação dos recursos públicos federais vinculados ao FNDE/CAIXA;
- c) Considerando as particularidades logísticas e operacionais do empreendimento, localizado no Distrito do Purupuru, distante aproximadamente 123 km da sede do Município de Careiro, com acesso predominantemente terrestre, a habilitação prévia mostra-se necessária para assegurar que as licitantes possuam efetiva capacidade de mobilização, transporte, gestão operacional e execução da obra em localidade com características específicas de acesso e logística;
- d) A inversão de fases proporciona maior racionalidade, eficiência administrativa e segurança jurídica ao procedimento licitatório, restringindo a etapa competitiva às empresas efetivamente qualificadas, reduzindo desclassificações posteriores, diligências excessivas, recursos protelatórios e retrabalhos processuais;
- e) A sistemática adotada contribui para a seleção da proposta mais vantajosa em ambiente competitivo qualificado, preservando os princípios da legalidade, eficiência, planejamento,

economicidade, competitividade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório;

- f) A Administração Municipal entende que a adoção da habilitação prévia é medida proporcional, razoável e tecnicamente adequada à complexidade do objeto, especialmente diante da necessidade de garantir a execução integral da obra educacional conforme os padrões técnicos estabelecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE e pela Caixa Econômica Federal.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico licitanet.com.br, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, os documentos de habilitação e o preço da proposta inicial, observado o disposto neste Edital quanto à documentação exigida para fins de habilitação.

5.3 O envio dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, bem como da proposta de preços, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, obedecidas as regras operacionais do sistema eletrônico.

5.4 As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão encaminhar toda a documentação de habilitação, ainda que exista alguma restrição relativa à regularidade fiscal ou trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.5 O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, porém não fará uso do tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da referida Lei, observado o disposto nos §§1º a 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

5.6 Caberá ao licitante acompanhar, em tempo real, todas as operações realizadas no sistema eletrônico durante a sessão pública, responsabilizando-se integralmente por quaisquer prejuízos decorrentes da não observância das mensagens e avisos emitidos pelo sistema, bem como por eventuais desconexões, falhas técnicas locais ou qualquer outra situação que comprometa sua participação, não sendo admitidas alegações posteriores que visem anular ou modificar os atos praticados.

5.7 Até o horário fixado para a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar, substituir ou atualizar os documentos de habilitação e a proposta de preços previamente inseridos no sistema eletrônico, sendo considerada válida, para todos os efeitos, a última versão encaminhada.

5.8 Nesta etapa, não haverá atribuição de ordem de classificação em relação às propostas apresentadas ou à documentação enviada, uma vez que a classificação ocorrerá somente após o início da sessão pública e da subsequente fase de lances, conforme disciplinado neste Edital.

5.9 Após encerrada a fase de envio de lances, serão disponibilizados para acesso público, no sistema eletrônico, os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, garantindo-se a transparência e a publicidade dos atos do procedimento, nos termos da legislação vigente.

5.10 Desde que a funcionalidade esteja disponível no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo no momento do cadastramento da proposta, devendo observar as seguintes regras:

5.10.1 Aplicação do intervalo mínimo de diferença entre lances, que incidirá tanto sobre os lances intermediários quanto sobre o lance destinado a cobrir a melhor oferta; e

5.10.2 Os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitado o valor final mínimo parametrizado e o intervalo mencionado no item anterior.

5.11 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de eventual desconexão.

5.12 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer ocorrência que possa comprometer o sigilo ou a segurança de seu acesso, a fim de possibilitar o bloqueio imediato das credenciais.

5.13 A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste Edital. O Agente de Contratação poderá promover diligências destinadas a esclarecer as informações declaradas.

5.14 Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, a qual somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e de julgamento da proposta.

5.15 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação e para acesso público após o encerramento da fase de envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta preenchendo os campos necessários no sistema eletrônico, de acordo com as instruções e requisitos estabelecidos neste Edital:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens, em moeda corrente nacional: O licitante deverá preencher de forma detalhada o valor de cada item ou lote de itens, indicando tanto o preço unitário quanto o total correspondente, sendo que todos os valores devem ser apresentados exclusivamente em moeda corrente nacional (Real). A proposta deve ser elaborada com base em um cálculo realista, refletindo o custo efetivo para a execução dos serviços ou o fornecimento dos bens, conforme as condições, especificações técnicas e exigências descritas no presente Edital. A proposta não deverá incluir valores irregulares ou artificiais, devendo garantir a transparência e a precisão nos custos apresentados, assegurando que a execução do objeto da licitação seja realizada de forma eficiente e dentro dos parâmetros estabelecidos.

6.1.2. A proposta deverá conter o preço total do objeto, tanto em algarismos quanto por extenso, sempre em moeda nacional (Real), considerando todos os componentes que formam o preço global final, tais como BDI, tributos, mão de obra, transporte e despesas diretas e/ou indiretas. Em relação ao BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), é necessário destacar, tanto o valor total do BDI expresso em porcentagem (%), quanto sua composição por itens, incluindo despesas com administração central (gestão da obra ou serviço), seguros (para proteger a execução do contrato contra riscos), imprevistos (reservas financeiras para situações não planejadas), garantias (relacionadas à qualidade e cumprimento do contrato), custos financeiros (juros e encargos financeiros), tributos (como ISS, PIS, COFINS e outros que incidam sobre a execução do contrato), e lucro (parcela destinada ao lucro da contratada). Além disso, devem ser incluídos os custos com mão de obra, transporte (deslocamento de materiais, equipamentos ou pessoal), e despesas diretas e indiretas, que envolvem todos os custos relacionados à execução do contrato, seja de maneira direta (materiais e mão de obra) ou indireta (custos administrativos e operacionais).

6.2. Todas as especificações detalhadas do objeto contidas na proposta apresentada vinculam diretamente a empresa contratada, a qual se compromete a cumprir de forma integral todas as condições, exigências e obrigações previstas neste Edital. Isso inclui o atendimento rigoroso às especificações técnicas, prazos estabelecidos e todas as demais responsabilidades relativas à execução do objeto licitado, de acordo com as diretrizes e normas aplicáveis, assegurando que o

serviço ou fornecimento seja realizado conforme o que foi acordado e aprovado no processo licitatório.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços, incluindo despesas com materiais, mão de obra, transporte, seguros, imprevistos, e qualquer outro custo necessário para o pleno atendimento das exigências do objeto da licitação, sem que haja qualquer acréscimo ou despesa adicional além do valor proposto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua apresentação, sendo que a proposta permanecerá válida durante esse período. Caso necessário, a validade poderá ser prorrogada mediante acordo entre as partes envolvidas.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.7. Todas as planilhas que compõem a Proposta de Preços deverão ser acompanhadas das devidas assinaturas do engenheiro responsável pela empresa, incluindo as seguintes informações: nome completo do engenheiro, qualificação profissional (por exemplo, Engenheiro Civil), e o número do CREA ou CAU de forma legível. Além disso, a proposta deve ser assinada também pelo representante legal da empresa. A falta de qualquer uma dessas assinaturas ou informações essenciais acarretará na desclassificação automática da proposta, em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital.

6.7.1. Todos os documentos poderão ser assinados de forma digital, desde que a assinatura digital seja válida e em conformidade com a legislação vigente, garantindo a autenticidade e integridade dos mesmos.

6.7.2. Considera-se assinatura eletrônica, nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei 14.063/2020, os dados em formato eletrônico que se ligam ou estão logicamente associados a outros dados em formato eletrônico e que são utilizados pelo signatário para assinar, observados os níveis de assinaturas apropriados para os atos previstos na referida Lei.

- a) A assinatura eletrônica por pessoa física ou jurídica, mediante certificado digital, será verificada por meio de análise do Verificador de Conformidades do Governo Federal (<https://validar.iti.gov.br> - atualizado) com fins de confirmar as propriedades do documento assinado eletronicamente. As assinaturas digitais podem ser realizadas por qualquer assinador eletrônico.
- b) Serão desclassificados e/ou inabilitados os proponentes que apresentarem proposta ou documentação que contiverem assinaturas reprográficas, entendidas como aquelas que são reproduzidas eletronicamente (copiadas e coladas) de outros documentos, e/ou com assinatura de próprio punho e digitalizados.
- c) Recebida a Proposta de Preços e a Documentação, o Pregoeiro, obrigatoriamente, efetuará a verificação da veracidade dos documentos cuja emissão tenha sido realizada via internet, mediante conferência destes documentos nos respectivos sites emissores.

- d) Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no projeto básico, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. Os Licitantes devem Utilizar os Lances com Responsabilidade, Respeitando a Viabilidade e a Exequibilidade do Processo Licitatório. Não é permitido realizar ofertas que possam prejudicar a continuidade do certame ou comprometer o equilíbrio entre as propostas apresentadas. Os lances devem ser formulados em conformidade com as disposições legais, especialmente os artigos que tratam da exequibilidade, garantindo a regularidade e a lisura do processo. Qualquer tentativa de Manipulação ou Desrespeito a essas Condições Resultará em Penalidades, incluindo a Desclassificação da Proposta ou a Aplicação de Sanções Previstas na Legislação Vigente.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 300,00 (trezentos reais).

7.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 10 segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação aos participantes do certame, publicada no <http://www.licitanet.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa

de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.27. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

7.27.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.27.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

7.27.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.27.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.28. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.28.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.28.2. empresas brasileiras;

7.28.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.31. O valor unitário ofertado para cada item da planilha, após a etapa de lances (proposta realinhada), não poderá exceder o valor unitário inicialmente apresentado pelo licitante na

proposta inicial, nem superar o valor unitário estimado para a licitação constante da planilha orçamentária.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação procederá à análise da proposta classificada em primeiro lugar, verificando sua adequação ao objeto licitado e a compatibilidade dos preços apresentados com o valor máximo estipulado para a contratação, conforme previsto neste Edital e em seus anexos.

8.2 Será desclassificada a proposta que apresentar vício insanável, que não atender às especificações técnicas detalhadas no edital ou que esteja em desconformidade com as exigências previstas no ato convocatório, nos termos do art. 59, incisos I, II e V, da Lei nº 14.133/2021.

8.3 Também será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado para a contratação (Acórdão TCU nº 1455/2018 Plenário) ou que se caracterizar como inexequível, conforme art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

8.3.1 Considera-se inexequível a proposta que contenha preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado de insumos e salários, acrescidos dos respectivos encargos ainda que o edital não estabeleça limites mínimos, exceto quando relacionados a materiais ou instalações de propriedade do próprio licitante, hipótese em que este poderá renunciar parcial ou totalmente à remuneração. Quando solicitado pela Administração, o licitante deverá comprovar a exequibilidade da proposta, conforme art. 59, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

8.3.2 Para obras e serviços de engenharia, serão automaticamente consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

8.3.3 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, correspondente à diferença entre o valor orçado e o valor proposto, sem prejuízo das demais garantias previstas nesta Lei.

8.4 Qualquer interessado poderá requerer a realização de diligências destinadas à verificação da exequibilidade ou da legalidade das propostas, devendo apresentar provas ou indícios que fundamentem a suspeita levantada.

8.5 Havendo indícios de inexequibilidade da proposta, ou na necessidade de esclarecimentos adicionais, poderão ser realizadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade dos preços ofertados.

8.6 Caso haja necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências destinadas ao saneamento das propostas, a sessão somente será retomada mediante aviso prévio registrado no sistema, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo a ocorrência devidamente registrada em ata.

8.7 O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para envio de documento digital complementar, por meio de funcionalidade própria do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7.1 Considerando a natureza ou o grau de complexidade para obtenção do documento solicitado, o prazo poderá ser prorrogado, desde que haja solicitação escrita e justificada do licitante,

apresentada antes do término do prazo original, e formalmente deferida pelo Agente de Contratação.

8.8 Caso a proposta ou o lance vencedor seja desclassificado, o Agente de Contratação analisará a proposta ou o lance subsequente, e assim sucessivamente, seguindo a ordem de classificação.

8.9 Havendo necessidade, o Agente de Contratação poderá suspender a sessão, devendo informar no campo de mensagens (“chat”) a nova data e horário de continuidade dos trabalhos.

8.10 O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante detentor do lance mais vantajoso, com a finalidade de negociar a obtenção de melhor preço, sendo vedada a negociação em condições distintas daquelas previstas neste Edital.

8.10.1 Nas hipóteses em que a proposta não for aceita e houver necessidade de análise da proposta subsequente, o Agente de Contratação também poderá negociar com o licitante seguinte, buscando obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

8.10.2 A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.11 Nas contratações em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação analisar a proposta subsequente, o sistema realizará nova verificação de possível ocorrência do empate ficto previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, observando-se o procedimento legal aplicável, quando cabível.

8.12 Encerrada a etapa de análise e aceitação da proposta vencedora, o Agente de Contratação solicitará, por meio do sistema, a apresentação dos documentos de habilitação da licitante melhor classificada, conforme as exigências estabelecidas neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO:

9.1 A presente licitação será realizada com INVERSÃO DE FASES, permitida no art. 17, §1º da NLLC, devendo a habilitação dos licitantes preceder a fase de apresentação de propostas e lances e julgamento, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame e neste caso, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, irão anexar a exclusivamente a documentação de habilitação em campo específico no sistema, em seguida no campo do (s) item (ns) digitar apenas o valor de sua proposta inicial, sem o anexo da mesma, sob pena de inabilitação.

9.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal LICITANET, e ainda a seguinte consulta: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

9.2.1 A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e em nome do sócio, e caso seja constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2.2 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante melhor classificado será solicitada e verificada por meio do PORTAL, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.3.1 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do PORTAL, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

9.3.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Agente de Contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas sob pena de inabilitação.

9.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8 O licitante melhor classificado deverá encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.9. Habilitação Jurídica:

9.9.1 A licitante deverá apresentar documento de identificação oficial com foto dos sócios, do empresário individual ou de seu representante legal, podendo ser cópia autenticada do RG e CPF ou documento equivalente, admitindo-se a substituição por Carteira Nacional de Habilitação, desde que válida, legível e apta à comprovação da identidade;

9.9.2 Para empresário individual, é obrigatória a apresentação da inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, efetuada junto à Junta Comercial do local onde a empresa está estabelecida;

9.9.3 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.9.4 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório que identifique e habilite os administradores da empresa, conforme exigido pela legislação aplicável, incluindo eventuais alterações contratuais que indiquem a composição societária atualizada;

9.9.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.9.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.9.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.9.8 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.9.9 Os documentos mencionados acima deverão ser apresentados acompanhados de todas as alterações realizadas ou da consolidação das mesmas. Na hipótese de ausência de qualquer alteração necessária à comprovação da situação atual da empresa, a mesma será considerada inabilitada.

9.9.10 Os documentos mencionados nos itens 9.9.2 a 9.9.8 deverão ser apresentados de forma legível, na modalidade de cópia autenticada em cartório ou por meio de arquivo digital, conforme exigido, garantindo a integridade, autenticidade e conformidade das informações apresentadas. O licitante é responsável por assegurar que os documentos enviados atendam integralmente aos requisitos estabelecidos neste Edital, não sendo aceitas versões não autenticadas ou que comprometam a veracidade dos dados fornecidos.

9.9.11 O licitante deverá apresentar, sob pena de inabilitação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

9.10.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ, emitida pela Receita Federal do Brasil, admitindo-se documento emitido até 60 (sessenta) dias antes da data de sua apresentação, cuja autenticidade poderá ser verificada por meio eletrônico.

9.10.2 Comprovação de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, referente ao domicílio ou sede da licitante, compatível com seu ramo de atividade e com o objeto contratual, garantindo a regularidade fiscal junto aos fiscos estadual ou municipal.

9.10.2.1 No caso de licitante isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto da contratação, a regularidade deverá ser comprovada mediante declaração formal emitida pela Fazenda Estadual ou Municipal competente, ou outro documento equivalente previsto em lei, atestando a condição de isenção.

9.10.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, abrangendo a Dívida Ativa da União e contribuições federais, bem como a Seguridade Social (INSS), emitida pela Receita Federal do Brasil.

9.10.4 Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Certidão emitida pela Caixa Econômica Federal.

9.10.5 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual (SEFAZ) do estado sede da licitante, demonstrando quitação de tributos e contribuições estaduais.

9.10.6 Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, com comprovação de quitação de tributos municipais.

9.10.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme previsto na legislação vigente, comprovando a inexistência de débitos trabalhistas inscritos em órgãos competentes.

9.11. Habilitação Econômico-Financeira: A licitante deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante a apresentação dos seguintes documentos:

9.11.1. Deverá ser apresentada Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da Comarca da sede da pessoa jurídica, em conformidade com as disposições da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, bem como Certidões Negativas de Execução Fiscal Estadual e de Execução Fiscal Municipal, nos termos do art. 69, caput, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.11.1.1. As empresas interessadas em participar desta licitação e que estejam em processo de Recuperação Judicial ou Extrajudicial deverão apresentar:

a) Certidão de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo órgão distribuidor da sede da licitante, emitida há no máximo 30 (trinta) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública de processamento da presente Concorrência Eletrônica, salvo se outro prazo estiver expressamente definido na própria certidão;

b) A certidão citada no item anterior deverá ser acompanhada de comprovação que seu plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, nos termos da legislação em vigor;

c) A empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deve demonstrar os demais requisitos exigidos pela legislação vigente para a efetiva habilitação econômico-financeira;

9.11.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.11.3. Deverá ser apresentado o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, conforme disposto no artigo 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, já exigíveis e apresentados conforme a legislação vigente, ou documentação equivalente que comprove a boa situação financeira da empresa. Não será aceita a substituição por balancetes ou balanços provisórios. O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis devem estar devidamente registrados na Junta Comercial, com a apresentação dos Termos de Abertura e de Encerramento dos livros contábeis (cópias autenticadas). Caso contrário, a empresa será automaticamente inabilitada;

9.11.3.1. Apresentação do comprovante de habilitação do profissional responsável pela escrituração contábil da empresa, acompanhado da Certidão de Regularidade emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade competente, dentro do prazo de validade. O referido comprovante deverá atestar que o profissional encontra-se devidamente registrado e em situação regular junto ao conselho.

9.11.4. A comprovação da capacidade econômico-financeira da licitante será realizada por meio da apuração dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), cujos resultados deverão ser superiores a 1 (um), de forma a evidenciar a estabilidade financeira e a capacidade da empresa para execução do objeto licitado, conforme as fórmulas abaixo descritas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Parágrafo único. Os índices exigidos visam demonstrar a capacidade financeira da licitante para execução do objeto contratado, assegurando a compatibilidade entre sua situação econômico-financeira e as obrigações decorrentes da futura contratação.

9.11.5. Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1(um). Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido

9.11.6. Declaração firmada por profissional habilitado da área contábil, com indicação do número de registro no respectivo Conselho de Classe, atestando que a licitante atende aos índices econômicos exigidos no Edital, conforme previsto no §1º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.11.7. Deverá ser apresentada, pelas licitantes, a complementação da comprovação da qualificação econômico-financeira, por meio da comprovação de posse de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor máximo estimado da proposta, devidamente atualizado até a data de submissão. A comprovação deverá ser feita por meio de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, acompanhada da respectiva memória de cálculo.

9.11.8. As licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de declaração, de relação de relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura desta Concorrência Eletrônica, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital.

9.12. Qualificação Técnica: A qualificação técnica será avaliada através dos seguintes documentos:

9.12.1. Certidão de Registro e Quitação da empresa e do responsável técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

9.12.1.1. Caso a Certidão prevista no item 9.12.1 não seja da jurisdição do CREA/AM, a licitante deverá apresentar o respectivo visto do CREA/AM, conforme disposto no art. 1º da Resolução nº 413/1997 do CONFEA.

9.12.2. A comprovação de aptidão técnico-operacional será comprovada mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-operacional devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) que o licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas.

9.12.3. Para atendimento à qualificação técnico-profissional, comprovação do licitante de possuir em seu corpo técnico, na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA e/ou CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por

este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, os seguintes serviços com as respectivas quantidades mínimas:

ITENS	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID.	QUANT. MÍNIMA
1.0	ALVENARIA E PAREDES		
1.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m ²	1087
1.2	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021		
1.3	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021		
2.0	COBERTURA / ESTRUTURA METÁLICA		
2.1	ESTRUTURA TRELIÇADA DE COBERTURA DE AÇO OU SIMILAR, COM LIGAÇÕES SOLDADAS, INCLUSOS PERFIS METÁLICOS, CHAPAS METÁLICAS, MÃO DE OBRA E TRANSPORTE COM GUINDASTE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020_PSA	kg	4846
2.2	TELHA TERMOISOLANTE OU SIMILAR REVESTIDA EM AÇO GALVALUME, FACE SUPERIOR TRAPEZOIDAL E FACE INFERIOR PLANA (NAO INCLUI ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO), REVEST COM ESPESSURA DE 0,50 MM, COM PRE-PINTURA DE COR BRANCA NAS DUAS FACES, NÚCLEO EM POLIISOCIANURATO (PIR) COM ESPESSURA DE 50 MM	m ²	425

9.12.3.1 A comprovação de vínculo profissional do(s) responsável(is) técnico(s) com a licitante dar-se-á mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS, em que conste a licitante como empregadora;
- contrato social da licitante, no qual conste o profissional como sócio;
- contrato de prestação de serviços vigente, devidamente formalizado;

9.12.3.2. Na hipótese de dois ou mais licitantes apresentarem atestado(s) vinculado(s) ao mesmo profissional como responsável técnico, todos serão inabilitados, por caracterizar comprometimento da disponibilidade técnica para execução do objeto.

9.12.4. A licitante deverá apresentar declaração formal indicando o responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços, contendo, no mínimo:

- nome completo;
- CPF;
- número de registro no CREA ou CAU.

9.12.4.1. O responsável técnico indicado deverá constar, obrigatoriamente, nos atestados de responsabilidade técnica apresentados para fins de qualificação técnica.

9.12.5. Não será admitida a apresentação de atestado de responsabilidade técnica emitido por pessoa jurídica integrante do mesmo grupo econômico da licitante, quando esta também pertencer ao referido grupo, sob pena de inabilitação.

9.12.6. Será admitido o somatório de atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que os documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis, em conjunto, com as características, quantidades e prazos do objeto da licitação.

9.12.7. Os atestados ou certidões apresentadas estarão sujeitos à verificação quanto à sua autenticidade e veracidade pelo Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio, podendo ser realizadas diligências, inclusive junto aos emitentes, nos termos do art. 169, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas no Código Penal.

9.12.8. A licitante deverá apresentar:

a) atestado de vistoria técnica, emitido por servidor designado pela Administração; ou
b) declaração formal de que possui pleno conhecimento das condições do local de execução do objeto.

9.12.8.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração de pleno conhecimento, nos termos do art. 63, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

9.12.9. A licitante deverá apresentar, no dia do certame, documento oficial emitido pelo Comissão Contratação do Município de Careiro/AM, atestando que a empresa não apresentou falhas de desempenho na execução de contratos anteriores com a Administração Pública, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, tendo em vista que não convém ao interesse público expor a Administração ao risco de nova contratação malsucedida.

9.12.9.1. Será facultado ao Agente de Contratação realizar diligências junto a órgãos e entidades da Administração Pública, inclusive de Municípios circunvizinhos, com o objetivo de verificar o histórico de desempenho da licitante em contratos anteriores, especialmente quanto à ocorrência de falhas na execução contratual, resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.12.10. Como condição de participação no certame, as licitantes deverão apresentar garantia de proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão pública, nos termos do art. 58, §1º, c/c art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.12.10.1. A garantia de proposta tem por finalidade assegurar a manutenção das condições da proposta apresentada e a assinatura do contrato pela licitante vencedora, quando convocada, sob pena de execução da garantia.

9.12.10.2. A garantia poderá ser apresentada nas seguintes modalidades:

- a) fiança bancária, emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, contendo cláusulas expressas de validade, cobertura e execução;
- b) seguro-garantia, emitido por seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, com cobertura integral e validade compatível com o prazo exigido.

9.12.10.3. A comprovação da garantia deverá ser encaminhada ao e-mail institucional cmlprefcareiro@gmail.com, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis da data de realização do certame, sendo emitido comprovante de recebimento para fins de habilitação.

9.12.10.4. A ausência, insuficiência ou irregularidade da garantia de proposta implicará a inabilitação da licitante, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

9.12.10.5. A garantia de proposta assegura à Administração Pública o cumprimento das obrigações assumidas pela licitante, permitindo a adoção das medidas legais cabíveis em caso de inadimplemento, inclusive:

- a) executar a garantia prestada, judicial ou extrajudicialmente, nos termos da legislação aplicável;
- b) ressarcir eventuais prejuízos decorrentes de atraso, inexecução total ou parcial do objeto, ou quaisquer danos causados à Administração;
- c) assegurar a manutenção das condições da proposta, resguardando o interesse público e a regularidade do certame;
- d) acionar a instituição financeira ou seguradora responsável para pagamento do valor garantido, conforme as condições pactuadas;
- e) aplicar as penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital, sem prejuízo da execução da garantia;
- f) promover a responsabilização administrativa da licitante, inclusive com impedimento de licitar e contratar, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- g) garantir o cumprimento integral das obrigações assumidas na proposta, inclusive quanto a preços, prazos e condições de execução;
- h) assegurar a validade e vinculação da garantia até a conclusão do certame ou assinatura do contrato.

9.12.10.6. Os licitantes deverão apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, as seguintes declarações:

- a) declaração, em papel timbrado da empresa, de que, caso seja vencedora, providenciará o registro da obra junto ao CREA/AM;
- b) declaração de que não está impedida de contratar com o Poder Público Municipal e de que se obriga a informar a ocorrência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- c) declaração de que possui pleno conhecimento da natureza da obra/serviço, das condições de execução e de que aceita integralmente os termos deste Edital, ressalvado o direito recursal, bem como de que recebeu todas as informações necessárias à elaboração da proposta;
- d) declaração de que possui todo o aparelhamento e pessoal técnico necessário para a execução da obra;
- e) declaração indicando o responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços, contendo nome completo, CPF e número de registro no CREA ou CAU;
- f) declaração de submissão à fiscalização da Administração;
- g) declaração, datada da sessão pública, sob as penalidades da lei, de que possui pleno conhecimento de todas as condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto, tais como acesso, transporte, disponibilidade de materiais e mão de obra, não podendo alegar desconhecimento futuro para pleitos técnicos ou financeiros.

9.12.10.7. Além das exigências de qualificação técnica, as licitantes deverão apresentar declaração formal de disponibilidade de equipamentos e equipe técnica especializada para execução do objeto, contendo a qualificação dos profissionais indicados e a anuência expressa dos mesmos.

9.12.10.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, desde que atenda às demais exigências do edital, assegurado o prazo legal para regularização.

9.12.10.9. A declaração do vencedor ocorrerá imediatamente após a fase de habilitação, observadas as disposições deste Edital.

9.12.10.10. A licitante deverá apresentar Declaração de Capacidade Técnica, conforme modelo padrão CAIXA, devidamente emitida e assinada por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo informações sobre local, período, natureza e características dos serviços executados, compatíveis com o objeto da licitação.

9.12.10.11. A licitante deverá apresentar Declaração de Inexistência de Servidores Públicos em seu quadro societário ou funcional, conforme modelo padrão CAIXA, atestando que não possui servidores ou empregados públicos vinculados à Administração Pública direta ou indireta entre seus sócios, dirigentes ou empregados.

9.12.10.12. O nome do responsável técnico indicado deverá constar, obrigatoriamente, nos atestados de responsabilidade técnica apresentados para fins de qualificação técnica.

9.12.10.13. As declarações deverão ser obrigatoriamente assinadas pelo representante legal da licitante e, quando aplicável, pelo responsável técnico indicado, sob pena de inabilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a veracidade das informações prestadas, sujeitando-se às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 em caso de declaração falsa ou inexata.

9.12.10.14. A não apresentação de qualquer declaração acima mencionada e contida neste edital e seus anexos INABILITARÁ a empresa que não a apresentar.

9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS:

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.

11.2. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO DO LICITANET, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.1. Julgados Após a análise e julgamento dos recursos interpostos, e verificada a regularidade de todos os atos administrativos realizados, a Autoridade Superior responsável procederá com a adjudicação do objeto da licitação, atribuindo a empresa vencedora o direito de executar o contrato. Em seguida, será realizada a homologação da licitação, que é o ato que formaliza a decisão administrativa e autoriza o início da execução do contrato, conforme as disposições estabelecidas neste Edital. A adjudicação e a homologação visam garantir a legalidade, transparência e cumprimento das condições estabelecidas, assegurando que a escolha da proposta vencedora esteja em consonância com os princípios da administração pública, como a eficiência, a moralidade e a legalidade.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

14.1. Para a presente contratação, não será exigida a apresentação de garantia de execução. A dispensa de garantia de execução está em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, levando em consideração a natureza e o valor do contrato, e será determinada com base na análise da viabilidade e adequação ao contexto da licitação. A ausência de garantia não prejudica o cumprimento das obrigações contratuais, sendo a responsabilidade do contratado a execução integral do objeto conforme os termos estabelecidos no contrato.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.3. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03/2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522/2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL:

16.1. As disposições relativas ao reajustamento geral do valor contratual obedecerão às regras estabelecidas no Projeto Básico, que integra este Edital como anexo, devendo ser aplicadas conforme os critérios e índices previstos para a execução do objeto contratual.

16.2. O reajustamento será efetuado anualmente, ou na periodicidade prevista no Projeto Básico, tomando-se como referência os índices oficiais de correção de preços aplicáveis ao setor de obras e serviços de engenharia, ou outro índice que venha a substituí-los, conforme legislação vigente.

16.3. O valor reajustado não poderá exceder os limites legais e orçamentários estabelecidos, devendo ser formalmente registrado em aditivo contratual, garantindo a conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, economicidade e transparência na execução financeira do contrato.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

17.1. Os critérios relativos ao recebimento, aceitação e fiscalização do objeto contratual estão previstos no Projeto Básico e na Minuta de Contrato anexos a este Edital, devendo ser rigorosamente observados pela contratada durante toda a execução dos serviços.

17.2. A fiscalização será realizada por servidor ou equipe designada pela Administração Municipal, que acompanhará e atestará a execução conforme os padrões de qualidade, prazos e especificações técnicas estabelecidos, podendo emitir relatórios de acompanhamento e notificações, quando necessário.

17.3. O recebimento do objeto poderá ocorrer em etapas parciais ou final, conforme o cronograma físico-financeiro do Projeto Básico, mediante verificação e aceitação formal, assegurando que os serviços atendam integralmente aos parâmetros técnicos, operacionais e legais exigidos.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada estão estabelecidas no Projeto Básico e na Minuta de Contrato, anexos a este Edital, devendo ser cumpridas integralmente durante a execução do objeto contratual.

18.2. Compete à Contratante, entre outras atribuições previstas, supervisionar a execução dos serviços, assegurar os meios necessários à fiscalização, fornecer informações e documentos pertinentes, bem como efetuar os pagamentos nos prazos e condições estipulados no contrato.

19. DO PAGAMENTO:

19.1. As disposições relativas ao pagamento da Contratada encontram-se estabelecidas no Projeto Básico, que integra este Edital como anexo, devendo ser observadas integralmente quanto a prazos, condições, forma de medição e liquidação, de acordo com a execução efetiva do objeto contratual.

19.2. O pagamento será realizado mediante apresentação das medições ou faturas correspondentes, devidamente aprovadas pela fiscalização designada pela Contratante, observando os critérios de conformidade técnica, prazos contratuais e disponibilidade orçamentária.

19.3. Quaisquer ajustes ou retenções de valores serão realizados em conformidade com as disposições legais aplicáveis, cláusulas do contrato e normas estabelecidas no Projeto Básico, garantindo transparência, legalidade e regularidade na execução financeira do contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

20.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa;

20.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

20.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

21.5. Serão publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas, as sanções administrativas previstas no ITEM 17.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

21.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

21.2. A IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.licitanet.com.br.

21.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no PORTAL LICITANET no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 55 parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

21.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

21.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.licitanet.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. Da sessão pública da Concorrência divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.12. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO, poderá revogar este Concorrência por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável,

ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.12.1. A anulação da Concorrência induz à do contrato.

24.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.13. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Concorrência, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Mario Jorge Guedes da Silva, Centro, Careiro/AM, nos dias úteis, no horário das 08H às 12H, no mesmo endereço e período em que os autos do processo administrativo permanecerão com acesso e vista franqueada aos interessados.

22.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – PROJETOS BÁSICOS;

ANEXO II – PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, CPU, BDI;

ANEXO III – PROJETOS / PLANTAS;

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, OPERACIONAL E AMBIENTAL;

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO.

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA – MODELO CAIXA

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDORES PÚBLICOS NO QUADRO PESSOAL - MODELO CAIXA.

ANEXO VIII – MODELOS DE DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

Careiro/AM, 29 de abril de 2026.



JOÃO VICTOR GUIMARÃES MATOS
Agente de Contratação

Comissão Mun. de Licitação

ANEXO I – PROJETO BÁSICO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ARQUIVO EM ANEXO

ANEXO II – PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

ARQUIVOS EM ANEXO

ANEXO III – PROJETOS/PLANTAS

ARQUIVOS EM ANEXO

CML
Comissão Mun. de Licitação

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA, OPERACIONAL E AMBIENTAL

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

DECLARAÇÃO

A empresa (NOME DA EMPRESA LICITANTE), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____,

DECLARA, para os devidos fins, sob as penas da lei, que:

- a) Possui pleno conhecimento das condições locais de execução dos serviços, bem como das normas ambientais aplicáveis no Município de Careiro/AM, comprometendo-se a cumpri-las integralmente durante a execução do objeto;
- b) Caso seja vencedora, providenciará o registro da obra junto ao CREA/AM ou CAU/AM, conforme aplicável, nos termos da legislação vigente;
- c) Não se encontra impedida de contratar com a Administração Pública, obrigando-se a comunicar quaisquer fatos supervenientes que possam comprometer sua habilitação ou a execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- d) Possui pleno conhecimento da natureza dos serviços, das condições de execução e dos termos do Edital e seus anexos, assumindo total responsabilidade pela execução do objeto;
- e) Dispõe de aparelhamento, equipamentos e pessoal técnico adequados e suficientes para a execução dos serviços;
- f) Indica como responsável técnico pela execução dos serviços:
 - Nome: _____
 - CPF: _____
 - Registro no CREA/CAU: _____
- g) Submete-se integralmente à fiscalização da Administração, nos termos das normas, prazos e especificações estabelecidas no Edital e no Projeto Básico;
- h) Responsabiliza-se integralmente por quaisquer danos ambientais decorrentes da execução dos serviços, comprometendo-se a adotar todas as medidas preventivas e corretivas necessárias, em conformidade com a legislação vigente.

_____, ____ de _____ de 20____

Representante legal

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
____/____ QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE CAREIRO, POR
INTERMÉDIO DA PREFEITURA
MUNICIPAL, E A EMPRESA
_____, PARA A EXECUÇÃO
DOS SERVIÇOS ESTABELECIDOS NESTE
INSTRUMENTO, EM CONFORMIDADE COM
A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

O **MUNICÍPIO DE CAREIRO**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, com sede no(a) [endereço completo]....., na cidade de Careiro, Estado do Amazonas, inscrito(a) no CNPJ sob o nº [número do CNPJ]....., neste ato representado(a) pelo(a) [nome da Prefeita]....., portador(a) do RG nº [número do RG]..... e CPF nº [número do CPF]....., doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) [nome da empresa contratada]....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [número do CNPJ]....., sediado(a) na [endereço completo da contratada]....., em [cidade]....., Estado de [estado]....., doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado por [nome e função do representante da empresa contratada]....., conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº [número do processo]....., e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. O objeto do presente instrumento é a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme as condições, especificações e exigências constantes no Edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº ____/2026**.

1.2. A execução da obra deverá atender integralmente aos requisitos técnicos e operacionais estabelecidos no **PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA**, que, por sua vez, fazem parte integrante deste contrato, devendo ser cumpridos todas as especificações e condições neles descritas.

1.3. O Edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026** será considerado parte integrante deste contrato, contendo as normas, condições e exigências legais e contratuais que regulam o processo licitatório e a seleção da empresa contratada. A observância das disposições do Edital é obrigatória para ambas as partes, especialmente no que se refere a prazos, condições de pagamento, qualidade dos materiais e cumprimento das especificações técnicas estabelecidas.

1.4. A **PROPOSTA DO CONTRATADO** apresentada durante a licitação, juntamente com seus eventuais anexos, será considerada parte integrante deste contrato, detalhando os preços, o prazo e as condições oferecidos pela empresa contratada para a execução da obra. A proposta deverá ser cumprida integralmente, conforme estabelecido no Edital e nos documentos anexos, sendo vedada

qualquer alteração nas condições, salvo se devidamente justificada e aprovada pelo **CONTRATANTE**.

1.5. O regime de execução da obra será o de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, ou seja, a **CONTRATADA** se compromete a executar a totalidade dos serviços contratados pelo valor fixado, conforme especificado na proposta vencedora, abrangendo todos os materiais, equipamentos, mão de obra e demais insumos necessários, nos prazos e condições estabelecidos neste contrato e seus anexos.

1.6. A execução dos serviços compreende todas as etapas da obra, desde a mobilização até a entrega final, passando pela execução dos projetos e obtenção das licenças necessárias. A contratada será responsável por garantir que o projeto seja concluído conforme as condições técnicas estabelecidas e dentro do prazo estipulado. As etapas de execução incluirão o planejamento, fundações, estruturas e acabamentos, sempre com foco no cumprimento das normas de segurança e qualidade.

1.7. A contratada será também responsável pela prestação dos serviços associados, que envolverão a supervisão e fiscalização contínua da obra, o controle da qualidade dos materiais e serviços, e a entrega final da obra conforme as condições acordadas. Qualquer modificação no projeto ou na execução da obra deverá ser previamente aprovada pelo **CONTRATANTE**, com base nas exigências do Edital, garantindo o cumprimento do interesse público e da legislação vigente.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O **PRAZO DE VIGÊNCIA** do presente contrato será de _____ (**XXXXXXXXXXXXXXXXXX**), contados a partir da assinatura da Ordem de Serviço, conforme o estabelecido na Lei nº 14.133/2021. Durante esse período, a **CONTRATADA** se compromete a executar todas as atividades e serviços necessários para a completa execução do objeto contratado, conforme as especificações e exigências contidas no Edital da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/2026** e na Proposta apresentada pela **CONTRATADA**, observadas as condições estabelecidas no presente Termo de Contrato. A execução dos serviços será de _____ (**XXXXXXXXXX**) dias corridos, sendo esse o prazo para a conclusão da obra, desde que não ocorram fatores impeditivos ou interrupções que possam afetar o andamento das atividades.

2.2. Em casos excepcionais, como o não cumprimento do prazo inicial devido a situações alheias à responsabilidade da **CONTRATADA**, ou na ocorrência de fatores imprevisíveis, a Administração Pública poderá conceder a prorrogação do prazo de vigência do contrato. A prorrogação será realizada de acordo com o disposto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo imprescindível a justificativa da **CONTRATADA**, a qual deverá demonstrar a causa da necessidade de prorrogação e o impacto direto sobre a execução dos serviços.

2.3. O prazo de execução poderá ser automaticamente prorrogado nos casos em que o atraso na execução da obra seja causado por motivos que não sejam imputáveis à **CONTRATADA**, como forças maiores ou casos fortuitos. Nesses casos, será observada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, para que a **CONTRATADA** não seja penalizada injustamente por fatores externos. A prorrogação será formalizada por meio de termo aditivo, que deverá ser registrado e homologado pelas partes envolvidas.

2.4. Caso o atraso na execução dos serviços seja causado por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, o prazo de vigência poderá ser prorrogado por iniciativa da Administração Pública, desde que devidamente fundamentado e comprovado. A Administração deverá comunicar à **CONTRATADA** a necessidade de prorrogação e as condições que deverão ser observadas para a continuidade dos trabalhos, podendo ainda, aplicar penalidades, conforme os termos previstos neste contrato.

2.5. Em situações de paralisação dos serviços, seja por ordem expressa da Administração ou por motivos de força maior, a contagem do prazo será suspensa até que as condições para o reinício da execução da obra sejam restabelecidas. A suspensão do prazo será formalizada por meio de notificação escrita, que deverá detalhar as causas que motivaram a interrupção, sendo reestabelecida a contagem do prazo tão logo cessadas as causas da paralisação, com a devida comunicação à **CONTRATADA**.

2.6. A prorrogação do prazo, quando aplicável, será formalizada por meio de termo aditivo, que deverá ser previamente acordado entre as partes, registrado e formalmente comunicado. Caso a prorrogação envolva ajustes nos valores do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar uma justificativa técnica e financeira para a readequação do valor contratual, preservando o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

2.7. Qualquer alteração no prazo de vigência ou na execução do objeto contratado deverá ser formalizada de maneira clara e precisa, com a devida justificativa, conforme os princípios da legalidade, moralidade e eficiência administrativa, respeitando os direitos das partes e assegurando o cumprimento integral das obrigações estabelecidas neste contrato.

2.8. Em nenhuma hipótese a prorrogação do prazo poderá resultar em aumento de custos ou encargos adicionais para o **CONTRATANTE**, salvo se previamente acordado e justificado, considerando as condições excepcionais e previstas na legislação aplicável.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, bem como os prazos e condições para a conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo do objeto contratado estão definidos no Termo de Referência ou Projeto Básico, anexado a este Contrato, devendo ser rigorosamente seguidos pelo Contratado.

3.2. A execução contratual deverá observar os princípios da eficiência, economicidade e qualidade na prestação dos serviços ou fornecimento de bens, garantindo o cumprimento das normas técnicas e regulatórias aplicáveis.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:

4.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto do presente contrato, cabendo exclusivamente ao **CONTRATADO** a responsabilidade integral pela execução dos serviços, de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, no Projeto Básico e nos demais anexos deste Contrato. O **CONTRATADO** deverá realizar pessoalmente todos os serviços objeto deste contrato, sem delegação ou transferência de responsabilidades para terceiros, exceto nos casos expressamente autorizados pelo **CONTRATANTE**.

4.2. A vedação à subcontratação abrange qualquer tipo de transferência de etapas ou atividades previstas no objeto contratual para terceiros, seja de forma total ou parcial. No entanto, a subcontratação poderá ser permitida, excepcionalmente, em situações devidamente justificadas e

solicitadas pelo **CONTRATADO**. A autorização para subcontratação dependerá da aprovação prévia do **CONTRATANTE**, que analisará a justificativa técnica apresentada e formalizará sua autorização por meio de termo aditivo, respeitando os limites e condições estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI):

5.1. PREÇO:

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (XXXXXXXXXX), conforme acordado entre as partes e estabelecido na proposta apresentada pelo **CONTRATADO**, que foi devidamente aprovada pelo **CONTRATANTE**. Este valor representa o montante global para a execução integral do objeto contratual.

5.1.2. O valor acima estipulado inclui todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas, que serão incorridas pelo **CONTRATADO** durante a execução do objeto deste contrato, abrangendo, mas não se limitando a: tributos, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes; taxa de administração; frete; seguro; e quaisquer outras despesas necessárias à execução completa e satisfatória do objeto contratual, conforme as condições e exigências previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais documentos contratuais.

5.1.3. O valor mencionado será pago em conformidade com o cronograma de pagamentos aprovado, e de acordo com o cumprimento das etapas de execução da obra, conforme fiscalizadas e atestadas pelo **CONTRATANTE**. Quaisquer custos adicionais não previstos ou ajustados previamente, que não resultem de falha ou omissão do **CONTRATANTE**, não serão de responsabilidade deste.

5.2. FORMA DE PAGAMENTO:

5.2.1. O pagamento ao **CONTRATADO** será realizado exclusivamente por meio de ordem bancária, efetuada diretamente na conta bancária indicada pelo **CONTRATADO**. A conta bancária deverá estar vinculada ao CNPJ da empresa contratada e ser informada com antecedência, contendo o número do banco, agência e conta corrente, de forma precisa, para evitar atrasos ou erros na execução financeira.

5.2.1.1. Será considerada como data do pagamento a data em que a ordem bancária for efetivamente emitida pelo órgão gestor responsável, conforme registro nos sistemas financeiros da Administração Pública. Este registro servirá como comprovação de quitação, ficando o **CONTRATADO** responsável por monitorar o recebimento do crédito em sua conta.

5.2.1.2. Eventuais encargos ou tarifas bancárias relacionados ao processamento do pagamento serão de inteira responsabilidade do **CONTRATADO**, não cabendo à Administração Pública quaisquer custos adicionais além do valor contratado.

5.2.1.3. O pagamento estará condicionado à apresentação de toda a documentação fiscal devidamente regularizada e atestada, bem como à comprovação de execução satisfatória das etapas previstas no cronograma físico-financeiro do objeto contratado.

5.2.1.4. Quaisquer inconsistências nos dados bancários fornecidos pelo **CONTRATADO** que resultem em atraso ou impossibilidade de pagamento serão de sua responsabilidade exclusiva, não cabendo à Administração Pública quaisquer encargos ou penalidades nesse contexto.

5.2.1.5. Em caso de suspensão ou interrupção no pagamento por qualquer motivo, as partes deverão pactuar, por escrito, a forma de regularização, assegurando o cumprimento das obrigações contratuais e resguardando os princípios de legalidade, eficiência e economicidade.

5.3. PRAZO DE PAGAMENTO:

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência ou Projeto Básico.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do valor a ser pago, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como eventuais ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE:

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de um ano, contado a partir da data de referência das planilhas elaboradas com base no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), correspondente ao **mês ____ do ano de ____**. Durante esse período, as partes não poderão realizar qualquer alteração nos valores contratados, exceto em caso de acréscimos ou diminuições de quantidade, conforme previsto no contrato e na legislação vigente

6.2. Após o interregno de um ano, e desde que haja pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO**;

7.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

7.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao objeto executado, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, conforme cronograma físico-financeiro;

7.7. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato e pelas demais infrações administrativas sujeitas à fiscalização do Contratante;

7.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste (Lei nº 14.133/2021, art. 123, caput).

7.10. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o **prazo de 30 (trinta) dias** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.11. Notificar os emitentes das garantias contratuais quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

7.13. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:

7.14. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.15. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar no Contratado;

7.16. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do Contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

7.17. Considerar os trabalhadores do Contratado como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.18. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

7.19. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

7.20. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

7.21. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.22. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

7.23. Permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos documentos, registros contábeis e quaisquer outros documentos relacionados à execução deste contrato. Este acesso será concedido sempre que solicitado, com o objetivo de garantir a transparência, o acompanhamento da execução contratual e a fiscalização do cumprimento das obrigações estabelecidas, de acordo com os princípios da Administração Pública, garantindo que a execução do objeto contratual seja feita de acordo com as condições estabelecidas no Edital e no presente Contrato.

7.24. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato serão realizados por um fiscal designado, responsável por garantir o cumprimento das cláusulas contratuais e assegurar que a execução dos serviços esteja em conformidade com os termos acordados. O nome do fiscal designado é _____, registrado no **CREA** sob o número _____, com a **Portaria de Fiscalização nº _____**. O CPF do fiscal é _____, e ele pode ser contatado através do telefone **(XX) XXXXXXXX** e pelo e-mail **XXXXXXXXXXXXXX**.

7.25. O fiscal designado estará disponível para prestar esclarecimentos à contratada e ao contratante, além de realizar inspeções periódicas ao longo da execução do contrato, verificando se as condições estabelecidas estão sendo rigorosamente cumpridas. Ele também será responsável por registrar qualquer irregularidade e emitir as notificações necessárias para que as correções sejam feitas dentro dos prazos estabelecidos.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

8.1. Cumprir integralmente todas as obrigações previstas neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias para a execução completa e adequada do objeto, incluindo, mas não se limitando a, materiais, mão de obra, transporte, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários.

8.2. Designar e manter, durante toda a execução do contrato, um preposto devidamente qualificado e aceito pela Administração no local da obra ou do serviço, o qual terá plenos poderes para representá-lo, responder por suas obrigações e atender às determinações do fiscal do contrato e das autoridades competentes.

8.3. A Administração poderá recusar, de forma devidamente justificada, a indicação ou manutenção do preposto da empresa caso entenda que este não atende aos requisitos necessários para a

adequada execução do contrato. Nessa hipótese, a empresa deverá proceder à substituição do preposto no prazo máximo de ____ dias, garantindo a continuidade dos serviços sem prejuízos à execução da obra.

8.4. Atender, com presteza e rigor técnico, a todas as determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, em conformidade com o artigo 137, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, garantindo a correta execução do objeto contratual e a observância das normas aplicáveis.

8.5. Disponibilizar e manter alocados os empregados necessários, devidamente habilitados e com conhecimento técnico adequado, para garantir a perfeita execução do contrato. Além disso, fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, assegurando que sua quantidade, qualidade e tecnologia estejam em conformidade com as melhores práticas do setor e a legislação vigente.

8.6. Substituir, no prazo estabelecido pelo fiscal do contrato, os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto deste contrato, garantindo a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

8.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, de forma a assegurar a qualidade e a conformidade com as especificações contratuais.

8.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.9. Efetuar comunicação imediata ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, apresentando as razões que impossibilitam o cumprimento do prazo e propondo as ações de contingência cabíveis, para que sejam adotadas medidas corretivas ou alternativas adequadas à situação.

8.10. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, conforme disposto no artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021, garantindo a transparência e a lisura do processo de execução contratual.

8.11. Entregar até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos ao setor responsável pela fiscalização do contrato, quando não for possível a verificação de sua regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

8.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, salvo na hipótese do §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

8.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, incluindo, mas não se limitando a, danos materiais, acidentes de trabalho, danos ambientais, ou qualquer outra situação que possa comprometer a segurança, qualidade ou o prazo da execução contratual.

8.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento, incluindo contratos, notas fiscais, comprovantes de pagamento, relatórios de fiscalização, entre outros, para assegurar a transparência e o cumprimento das obrigações contratuais.

8.15. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros, devendo o Contratado adotar todas as medidas necessárias para corrigir as irregularidades ou falhas identificadas, garantindo a continuidade dos trabalhos de acordo com as normas de segurança e qualidade estabelecidas.

8.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e todos os itens necessários à execução do objeto contratual, garantindo sua integridade e evitando danos, extravios ou furtos, durante toda a vigência do contrato. A contratada será responsável pela segurança e conservação dos referidos materiais e equipamentos até a entrega final da obra ou conclusão dos serviços, sendo suas despesas inerentes a essas ações

8.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos e as exigências de segurança do trabalho, mantendo o local da obra ou serviço sempre limpo, organizado e seguro. A contratada deverá adotar medidas adequadas para garantir a higiene, a segurança e a disciplina no ambiente de trabalho, prevenindo acidentes e danos à saúde dos trabalhadores e de terceiros, além de garantir a conformidade com as normas ambientais aplicáveis durante a execução do objeto contratual.

8.18. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos, processos ou procedimentos que divergirem das especificações contidas no memorial descritivo, projeto básico ou qualquer outro documento anexo ao contrato. A contratada não poderá adotar novos métodos ou modificações na execução do objeto sem a prévia autorização do Contratante, a fim de garantir a conformidade com os requisitos e objetivos estabelecidos para a execução da obra ou serviço.

8.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

8.20. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021. A Contratada deverá manter atualizado e regularizado todos os documentos e requisitos legais que fundamentaram a sua participação na licitação, incluindo, mas não se limitando a, certidões negativas, comprovações de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, além de qualquer outro requisito específico exigido para a execução do contrato

8.21. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou para aprendizes, conforme estabelecido no artigo 116 da Lei nº 14.133/2021. A Contratada deverá assegurar que, durante a execução do contrato, sejam atendidas todas as exigências legais relativas à inclusão e reserva de

vagas para esses grupos, garantindo a contratação de profissionais nas condições previstas pela legislação vigente e mantendo registros e documentos que comprovem o cumprimento dessa obrigação.

8.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, por meio da indicação dos empregados que preencheram as vagas reservadas para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social ou para aprendizes, conforme estabelecido no artigo 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021. A Contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, documentação que comprove o cumprimento dessa exigência legal, incluindo listas de empregados e os respectivos contratos de trabalho, garantindo a transparência e conformidade com a legislação vigente.

8.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, não as divulgando, repassando ou utilizando para fins diversos daqueles relacionados à execução do objeto contratado. O dever de sigilo abrange informações confidenciais ou sensíveis do Contratante, bem como dados sobre processos e métodos internos, e continuará válido mesmo após a conclusão ou rescisão do contrato, pelo período determinado por lei ou por acordo entre as partes. A violação deste compromisso poderá resultar em sanções, incluindo a rescisão do contrato e responsabilização civil e penal.

8.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133, de 2021. O Contratado reconhece que é de sua responsabilidade garantir que a proposta apresentada cubra todos os custos e que eventuais erros ou omissões nos quantitativos não eximem a empresa da responsabilidade de cumprir com as obrigações estabelecidas no contrato.

8.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante. O Contratado compromete-se a observar todas as exigências e regulamentações relativas à segurança do trabalho, tanto as previstas pela legislação vigente quanto aquelas específicas da Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias para garantir a integridade física dos trabalhadores e a segurança no ambiente de execução do contrato. Caso o Contratante tenha normas ou procedimentos internos específicos relacionados à segurança, o Contratado deverá cumpri-los integralmente, responsabilizando-se por qualquer descumprimento.

8.26. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

8.27. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

8.28. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.29. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência ou Projeto Básico, no prazo determinado.

- 8.30.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 8.31.** Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 8.32.** Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 8.33.** Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 8.34.** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 8.35.** Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 8.36.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 8.37.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 8.38.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 8.39.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 8.40.** Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência ou Projeto Básico, em plena validade.
- 8.41.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 8.42.** Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 8.43.** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 8.44.** Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 8.45.** Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP

nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

8.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

8.45.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

8.45.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

8.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

8.46. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

8.46.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

8.46.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

8.46.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros.

8.46.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

8.46.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

8.46.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

8.46.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

8.46.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

8.47. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

8.47.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

8.47.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

8.48. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

8.49. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

8.50. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

8.51. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO:

9.1. Em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, não será exigida garantia contratual para a execução deste contrato.

9.2. O **CONTRATADO** permanece integralmente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações assumidas, devendo assegurar a adequada execução dos serviços ou fornecimentos pactuados, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento e na legislação vigente.

9.3. A ausência de exigência de garantia contratual não exime o **CONTRATADO** da responsabilidade por eventuais danos decorrentes da inexecução parcial ou total do objeto contratado, cabendo-lhe adotar todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato;

II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - der causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida pelo contrato;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II a VII acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

10.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII a XI, bem como nas descritas nos demais incisos que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, ficando o responsável impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da Lei)

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Compensatória, para as infrações descritas nos incisos VIII a XI acima, de 20% a 30% do valor do contrato.

10.2.4.2. Compensatória, para a inexecução total contrato prevista no inciso III acima, a multa será de 10% a 20% do valor do contrato.

10.2.4.3. Para infração descrita no inciso II acima, a multa será de 10% a 15% do valor do contrato.

10.2.4.4. Para infrações descritas nos incisos IV a VII, a multa será de 5% a 10% do valor do contrato.

10.2.4.5. Para a infração descrita no inciso I acima, a multa será de 3% a 5% do valor do contrato.

10.3. Moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

10.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

10.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

10.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

10.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

10.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

10.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

11.1. O presente contrato será considerado extinto quando todas as obrigações assumidas por ambas as partes forem integralmente cumpridas, podendo ocorrer antes do prazo inicialmente estabelecido, desde que haja a concordância da Administração e não haja prejuízos à execução do objeto.

11.2. Caso as obrigações contratuais não sejam concluídas dentro do prazo estipulado, a vigência poderá ser prorrogada até a conclusão do objeto, mediante justificativa fundamentada e readequação do cronograma físico-financeiro, nos termos da legislação vigente.

11.3. Quando a não conclusão do contrato resultar de culpa do CONTRATADO, aplicar-se-ão as seguintes disposições:

a) O CONTRATADO será constituído em mora, sujeitando-se às penalidades administrativas cabíveis, incluindo advertências, multas, suspensão do direito de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis;

b) O CONTRATANTE poderá, a seu critério, optar pela extinção do contrato, adotando as providências legais para garantir a continuidade da execução do objeto, inclusive a contratação de terceiro, às expensas do CONTRATADO, nos termos da legislação vigente.

11.4. Além dos casos mencionados, a extinção do contrato poderá ocorrer por rescisão unilateral pela Administração, rescisão amigável ou rescisão judicial, nos casos e condições previstos na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral da União do presente exercício, vinculados ao planejamento orçamentário do Município de Careiro, observando-se a seguinte dotação orçamentária, em conformidade com as normas legais aplicáveis:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:
- VI. Nota de Empenho:

12.1.1. A execução orçamentária observará os limites da programação financeira e o cronograma de desembolso aprovado pela Administração Pública, em conformidade com a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e demais normas correlatas.

12.1.2. A dotação orçamentária destinada ao pagamento das despesas será utilizada exclusivamente para a execução do objeto contratual, vedada qualquer destinação diversa, salvo mediante prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, em conformidade com a legislação vigente.

12.1.3. O empenho da despesa será realizado em estrita observância à disponibilidade financeira e à ordem cronológica de pagamentos, nos termos do artigo 141 da Lei nº 14.133/2021, assegurando a regularidade na liquidação das obrigações contratuais.

12.1.4. Eventuais créditos adicionais que se fizerem necessários para a execução contratual deverão ser previamente autorizados por meio de suplementação ou remanejamento orçamentário, obedecendo aos procedimentos legais e administrativos pertinentes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS:

13.1. Os casos omissos que não estiverem expressamente previstos neste contrato serão decididos pelo **CONTRATANTE**, com base nas disposições estabelecidas na Lei nº 14.133, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), observando-se as normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, conforme o estabelecido na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sempre em consonância com os princípios gerais dos contratos e as boas práticas administrativas.

13.2. Na ausência de regulamentação específica nas normas mencionadas, o **CONTRATANTE** adotará os princípios gerais do direito administrativo, incluindo os princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, e os demais preceitos do ordenamento jurídico brasileiro aplicáveis à execução de contratos públicos.

13.3. Quando necessário, o **CONTRATANTE** poderá solicitar a interpretação dos órgãos jurídicos competentes ou de outras entidades da Administração Pública, com vistas à resolução de eventuais controvérsias ou lacunas contratuais, sempre buscando assegurar o cumprimento da legislação vigente e a execução adequada do objeto contratado.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES:

14.1. As alterações do presente contrato serão regidas pelas disposições dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, e observarão os procedimentos legais aplicáveis, respeitando os limites e condições estabelecidos para a alteração de contratos administrativos.

14.2. O **CONTRATADO** se obriga a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste contrato, os acréscimos ou supressões que se tornarem necessários durante a execução do contrato, desde que respeitado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor inicial atualizado do contrato, conforme o disposto na legislação vigente.

14.3. As supressões resultantes de acordo formal celebrado entre as partes contratantes, devidamente justificadas e fundamentadas, poderão ultrapassar o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, desde que estejam em consonância com o interesse público e as necessidades do objeto contratado.

14.4. O registro de modificações que não caracterizem alteração substancial do contrato, tais como ajustes de ordem administrativa ou de execução, poderá ser realizado por meio de apostila, dispensando-se a necessidade de celebração de termo aditivo, conforme o artigo 136 da Lei nº 14.133/2021, desde que as modificações sejam de natureza formal e não afetem o objeto, o valor, ou a duração do contrato de maneira significativa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO:

15.1. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento contratual, conforme as exigências e condições previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente o disposto nos

artigos 61 e 62 dessa lei, que tratam da obrigatoriedade de dar publicidade aos atos administrativos relacionados à execução de contratos públicos, garantindo a transparência dos mesmos.

15.2. A publicação deverá ser realizada no Diário Oficial da União (DOU), em caso de verbas federais da União, Diário Oficial do Estado ou na Plataforma Nacional de Contratações Públicas (PNCp), conforme os procedimentos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, ou em outro meio oficial de divulgação, conforme definido pela legislação pertinente. O objetivo da publicação é garantir a transparência dos atos administrativos, permitindo amplo acesso à informação por parte da sociedade.

15.3. A publicação deverá ocorrer no prazo estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, após a assinatura do contrato, conforme as disposições legais que tratam da transparência e publicidade dos contratos administrativos. O prazo de publicação visa assegurar a devida publicidade, permitindo que os atos contratuais sejam acessíveis a qualquer interessado.

15.4. A **CONTRATANTE** também deverá providenciar a publicação de eventuais termos aditivos, alterações ou prorrogações do contrato, sempre que aplicável, em conformidade com a legislação vigente, de forma a garantir a continuidade da publicidade e da transparência do processo administrativo, assegurando que todas as alterações contratuais sejam divulgadas de maneira clara e objetiva.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO:

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Careiro, Estado do Amazonas, para dirimir quaisquer litígios que possam decorrer da execução deste Termo de Contrato, que não possam ser resolvidos por meio de conciliação ou mediação, conforme disposto no art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

16.2. As partes contratantes concordam que a escolha do Foro da Comarca do Município de Careiro, AM, se dá em razão de conveniência para as partes envolvidas, respeitando as disposições legais aplicáveis ao processo administrativo e contratual.

....., de..... de 20....

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

Comissão Mun. de Licitação

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA – MODELO PADRÃO CAIXA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO – AM

Referente à Concorrência Eletrônica Nº ____/2026

OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A empresa **[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo da empresa]**, neste ato representada por seu(sua) representante legal, Sr(a). **[Nome completo do representante legal]**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **[número do RG] – [UF]** e do CPF nº **[CPF]**, residente e domiciliado(a) em **[cidade/UF]**. **DECLARA**, sob as penalidades da Lei, expressamente que não possui em nosso quadro societário servidor público da ativa, ou empregado da empresa pública ou de sociedade de economia mista do órgão celebrante para os serviços prestados, inclusive consultoria e assistência técnica.

..... de..... de 20....

Representante legal

CML
Comissão Mun. de Licitação

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDORES PÚBLICOS NO QUADRO
PESSOAL – MODELO PADRÃO CAIXA.**

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAREIRO – AM

Referente à Concorrência Eletrônica Nº ____/2026

OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, neste ato representada por seu(sua) representante legal, Sr(a). **[Nome completo do representante legal]**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **[número do RG] – [UF]** e do **CPF nº [CPF]**, residente e domiciliado(a) em **[cidade/UF]**. DECLARA, sob as penalidades da Lei, tem capacidade técnica para executar e atender todas as exigências e etapas do objeto supramencionado.

....., de..... de 20....

Representante

CML
Comissão Mun. de Licitação

ANEXO VI – MODELOS DE DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS**DECLARAÇÃO UNIFICADA**

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação na Concorrência Eletrônica nº ____/2026 – CML/PMC, que:

- I. **HABILITAÇÃO:** Cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital, possuindo condições jurídicas, fiscais, econômicas e técnicas para execução do objeto;
- II. **INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS:** Não se encontra impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, nem foi declarada inidônea, inexistindo fatos impeditivos supervenientes;
- III. **TRABALHO DE MENOR:** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- IV. **ELABORAÇÃO INDEPENDENTE:** A proposta foi elaborada de forma independente, sem qualquer ajuste, comunicação ou acordo com outros licitantes;
- V. **CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS:** Possui pleno conhecimento das condições de execução da obra, especialmente quanto à localização na comunidade do Ramal do Km 14 – AM-254 (Estrada de Autazes), zona rural do Município de Careiro/AM, incluindo aspectos de acesso, logística, mobilização de equipamentos, condições climáticas e operacionais, assumindo integral responsabilidade, não podendo alegar desconhecimento;
- VI. **EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA:** A proposta apresentada é plenamente exequível e compatível com os custos de mercado e com as exigências do Edital;
- VII. **RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO:** Compromete-se a executar integralmente o objeto, conforme projetos, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais documentos do Edital;
- VIII. **ACEITAÇÃO INTEGRAL:** Aceita integralmente todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Declaro, por fim, estar ciente de que a falsidade das informações poderá acarretar sanções administrativas, civis e penais.

Local e data

Assinatura do representante legal

Nome: _____

CPF: _____

Comissão Mun. de Licitação

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE LOGÍSTICA E OPERACIONAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, para fins de participação na Concorrência Eletrônica nº ____/2026 – CML/PMC, sob as penas da lei, que:

- I. **CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS:** Possui pleno, integral e detalhado conhecimento das condições de execução do objeto, especialmente quanto à localização na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, zona rural do Município de Careiro/AM, incluindo aspectos de acesso terrestre, condições de trafegabilidade, distâncias, disponibilidade de insumos, mão de obra local e demais características regionais;
- II. **LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO:** Considerou, na formulação de sua proposta, todos os custos e variáveis relacionados à logística de execução da obra, incluindo transporte de materiais, equipamentos e pessoal, mobilização e desmobilização de canteiro, armazenamento, abastecimento, bem como eventuais dificuldades operacionais inerentes à região;
- III. **CONDIÇÕES CLIMÁTICAS E OPERACIONAIS:** Está ciente das condições climáticas da região amazônica, incluindo períodos de chuva, variações de acesso e demais fatores que possam impactar o cronograma de execução, tendo considerado tais aspectos na composição de sua proposta;
- IV. **ASSUNÇÃO DE RISCOS ORDINÁRIOS:** Assume integral responsabilidade pelos riscos ordinários inerentes à execução do objeto, especialmente aqueles relacionados à logística, acesso e condições locais, não podendo alegar, em qualquer hipótese, desconhecimento posterior para justificar pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação de prazo ou quaisquer alterações contratuais;
- V. **COMPROMISSO DE EXECUÇÃO:** Compromete-se a executar integralmente o objeto nos prazos e condições estabelecidos no Edital, garantindo a adequada mobilização de recursos humanos, materiais e operacionais necessários à perfeita execução da obra.

Declara, por fim, estar ciente de que a prestação de informações falsas ou inexatas poderá ensejar sua inabilitação, bem como a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da legislação vigente.

Local e data:

Assinatura do representante legal

Nome: _____

CPF: _____

Comissão Mun. de Licitação